

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA
<p>Assembleia de Moradores em Resistência no Bairro do 2.º Torrão</p> <p>Adriano Kunzingami (Morador)</p> <p>Helena Carvalho (Moradora)</p> <p>João Cão Duarte (Associação Canto do Curió)</p> <p>Mariana Caboclo (Advogada)</p> <p>Vasco Barata (Advogado)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Bruno Dias (PCP) ➤ Carlos Guimarães Pinto (IL) ➤ Filipe Melo (CH) ➤ Ivan Gonçalves (PS) ➤ Joana Mortágua (BE) ➤ José Pedro Ferreira (PS) ➤ Patrícia Dantas (PSD) 	<p>19 de abril de 2023</p> <p style="text-align: center;">Gravação</p>
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados	
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Os representantes da Assembleia de Moradores em Resistência no Bairro do 2.º Torrão referiram que há 6 meses a Câmara Municipal de Almada iniciou um processo de demolição sem assegurar o realojamento de todos. Pelo que conseguiram apurar, o recenseamento realizado não foi bem feito, há moradores considerados não elegíveis, outros ainda que continuam à espera de resposta e outros que são aceites no programa que ainda não têm habitação colocada. ➤ Mencionaram que já têm participado nas Assembleias Municipais, que já tentaram ter reuniões com o executivo, que esta é uma luta que já tem algum tempo. ➤ O morador Adriano Kunzingami mencionou que a solução que lhe 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Deputada Patrícia Dantas (PSD): Quais os resultados, as respostas que foram dadas nos contactos feitos com outras instituições (desde a Câmara Municipal de Almada, Ministério da Habitação e outros) à questão de saber por é que nos realojamentos não foram abrangidos todos os visados, quais foram os fundamentos invocados para esta exclusão. Perguntou ainda se, no caso dos excluídos, há alguma questão jurídica pendente. Sabemos que existe aqui uma componente de provar se era residente ou não, mas, para além dessa questão, que outros critérios foram usados para estas pessoas nos realojamentos. ➤ Deputado Ivan Gonçalves (PS): Disse que havia uma urgência em tirar as pessoas que moravam em cima da vala do 2.º Torrão, porque os relatórios técnicos elaborados comprovavam que havia um perigo de derrocada, o que ainda não aconteceu. Frisou também haver situações socialmente complexas na forma como a Câmara Municipal e os organismos 	

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

<p>foi assegurada era a de ficar dois dias numa pensão e depois teria de ir para a rua porque a sua casa ia ser demolida.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Referiu que durante meses teve uma vida estável, tinha o seu trabalho, os dois filhos com ele e uma vida da qual não se podia queixar. Desde que tudo isto aconteceu perdeu o seu trabalho, que as casas à sua volta foram demolidas e que ficou três meses sem água e luz dentro daqueles escombros e daí não poder receber a visita dos seus filhos, que estão com a mãe na Trafaria.➤ Disse já ter aviso de corte de água e luz porque continua sem trabalho, que toda esta situação não foi provocada por si, que só queria ter os filhos ao pé de si, que nada foi perguntado aos progenitores destas crianças que têm a guarda partilhada dos seus filhos.	<p>públicos podem fazer estes realojamentos.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ No pedido de audiência apresentado é referida a situação de algumas pessoas sem-abrigo. Nesse sentido, perguntou se ainda existem pessoas em situação de sem-abrigo e se não foi apresentada nenhuma solução, nenhuma oportunidade para resolver essa situação.➤ Deputado Filipe Melo (CH): Disse que a situação a que se reportam os representantes da Assembleia de Moradores em Resistência no Bairro do 2.º Torrão não é infelizmente nova. A atual Ministra da Habitação quando ainda era Secretária de Estado da Habitação transmitiu-nos que essa era uma preocupação que estava a tratar com o município de Almada e que o processo estaria concluído rapidamente, o que não veio de todo a acontecer. Nada foi feito, há casas demolidas, famílias destruídas, a dignidade das pessoas perdida, ninguém consegue viver sem água, sem luz, sem gás. Esta é de facto uma questão que fere a dignidade humana e com a qual a Câmara de Almada não está preocupada em resolver. Daí perguntar se o município não tem habitação onde possa colocar essas famílias.➤ Deputado Carlos Guimarães Pinto (IL): Questionou se já tiveram uma audiência semelhante com os representantes da Assembleia da Municipal de Almada e qual foi a posição expressa pelos Deputados da Assembleia Municipal de Almada.➤ Deputado Bruno Dias (PCP): Transmitiu que a realidade e a situação das pessoas do Bairro do 2.º Torrão não têm sido ignoradas nesta casa e que o Grupo Parlamentar do PCP têm dado voz à luta dos seus moradores. A Assembleia da República não tem tutela sobre as autarquias, mas há aqui uma responsabilidade política do poder central que é incontornável. Ao nível local, de facto esse acompanhamento tem também sido feito, quer na assembleia municipal quer até no plano da freguesia.
---	--

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

	<ul style="list-style-type: none">➤ Reportou-se ainda à falta de transparência em todo este processo e aos estudos e relatórios elaborados relativos à parte hidráulica. Perguntou se o risco de desmoronamento da vala já está ultrapassado, se a intervenção já foi feita ou se essa questão serviu tão só para desalojar as pessoas. Por último, questionou se as pessoas deviam ter sido realojadas e não desalojadas como veio a acontecer e qual tem sido a resposta dada pelo próprio Ministério da Habitação. ➤ Deputada Joana Mortágua (BE): Considera que o que aconteceu no 2.º Torrão representa um atentado aos direitos humanos, o não é aceitável em país nenhum e que o Programa Porta de Entrada não dá qualquer resposta a este tipo de problemas.
O que pretendem ver regulamentado	
<ul style="list-style-type: none">➤ Acautelar o direito a uma habitação digna a todas as famílias excluídas no despejo conduzido pela Câmara Municipal de Almada.	
Respostas às questões dos Deputados:	
<ul style="list-style-type: none">➤ No que respeita às provas, disseram que os estudos científicos sobre a vala não existem, só existe um estudo que é feito pela SMAS sem recorrer a pessoas que poderiam estudar o que é que se passa com a vala. O estudo da SMAS também indica um risco que começa a partir de 2030, 2050.➤ Referem que a urgência é alegada pela Câmara Municipal de Almada, mas os relatórios nunca foram públicos, esse é o primeiro problema, um problema de transparência.➤ Mencionaram que tiveram acesso aos relatórios em tribunal e os relatórios não dizem que o principal risco é de derrocada da vala. Na verdade, os relatórios referem	

Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

que o principal risco é de inundação. Portanto, embora a Câmara Municipal de Almada tenha referido para a imprensa que o principal risco é de derrocada, isso não corresponde ao que está nos relatórios técnicos. Os relatórios técnicos são superficiais, têm três, quatro páginas, não têm estudos nenhuns, nem qual é a composição da vala que dizem que vai derrocar.

- Com base nesses relatórios técnicos, a Câmara Municipal de Almada demoliu sem realojar as casas de mais de sessenta famílias. O recenseamento mais recente é de 2020, de 2020 para 2022 nasceram, morreram e mudaram-se muitas pessoas. Não obstante, nada disso foi computado, a Câmara Municipal de Almada não se importou em descobrir quem vivia naquelas casas antes de fazer as demolições.
- Mencionaram que até hoje não sabem quais foram os critérios para as pessoas serem excluídas do realojamento. Disseram que a Câmara Municipal de Almada toma as suas decisões sem necessidade de fundamento legal e também não vê necessidade de comunicar aos munícipes o fundamento legal das suas decisões.
- Logo, até hoje querem saber as razões para a exclusão, mesmo depois da interposição das providências cautelares em Tribunal quando a Câmara Municipal de Almada começou a fazer procedimentos escritos, porque antes a Câmara desalojou sessenta famílias sem procedimentos escritos.
- Em novembro de 2022, a Câmara Municipal de Almada começou a enviar cartas com propostas de decisão, os representantes da Assembleia de Moradores em Resistência no Bairro do 2.º Torrão manifestaram-se sobre as propostas de decisão e estão há quatro meses a aguardar resposta. Nesse sentido, se a Câmara Municipal de Almada acredita que existe a possibilidade de derrocada da vala por cima onde estão erguidas essas casas, a Câmara Municipal de Almada está há seis meses sem responder às cartas dos moradores acreditando que as casas vão cair.
- Frisaram que atualmente têm uma urgência, apesar de os relatórios técnicos dizerem que era não recomendado que houvesse movimentação de maquinaria pesada para fazer as demolições foi isso que a Câmara fez e por conta da movimentação da maquinaria para fazer as demolições, as casas que não foram demolidas têm agora rachaduras, problemas de vedação e de pragas. Questionam como é que em seis meses a Câmara Municipal não recolheu o entulho e o lixo, uma vez que moram outras 2 mil pessoas no bairro sem ser as que moram em cima dessa vala.
- Concluíram afirmando que há famílias que continuam a viver no Bairro do 2.º Torrão sem nenhuma resposta, há pessoas que estão sem-abrigo, que estão a viver na rua, há pessoas sem-abrigo que estão a viver por favor em casa de parentes. Salientaram que há mais um problema muito sério que é o facto de o Programa Porta de Entrada só dar uma solução por trinta meses. Com efeito, quem foi realojado foi mandado para outros municípios com contratos que terminam em trinta meses.



Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação

--

Deputado Carlos Guimarães Pinto (IL)
Vice-Presidente da Comissão